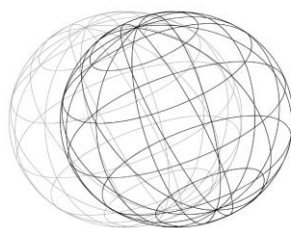


ORBIS

Boletim do
LEPEB-UFF



VOL.3 – Nº 9
MAIO-AGOSTO/2025
ISSN: 2965-2235



ORBIS

Boletim do
LEPEB-UFF

Vol. 3 - Nº 9 – Maio-Agosto/2025

ORBIS – Boletim do LEPEB-UFF

O boletim **Orbis** é uma publicação quadrimestral editada pelo Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira – LEPEB, que integra o Núcleo de Estudos Avançados - NEA do Instituto de Estudos Estratégicos da UFF. Com sua equipe formada por pesquisadores/as e discentes do LEPEB-UFF e um conselho editorial integrado por acadêmicos/as de diferentes instituições brasileiras e estrangeiras, o boletim publica textos sobre temáticas gerais da área de Ciência Política e Relações Internacionais, com destaque para análises sobre política externa, política de defesa, segurança internacional e relações civis-militares. Os artigos publicados são produzidos pelos integrantes do LEPEB, por autores/as convidados/as e por pesquisadores/as que submeteram seus trabalhos à avaliação da equipe editorial do Orbis e do nosso corpo de pareceristas.

Equipe Editorial

Editores-executivos

- Adriano de Freixo
- Danillo Avellar Bragança

Editor-adjunto

- Danilo Sorato Oliveira Moreira

Autores/as desta edição

- Alana Tenório
- Danillo Avellar Bragança
- Danilo Sorato
- Marcello de Souza Freitas

Conselho Editorial

- Ana Amélia Penido Oliveira, Universidade Federal do Rio de Janeiro - RJ, Brasil.
- Drielle Silva Pereira, Fundação São José - FSJ, Brasil.
- Emerson Maione de Souza, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Brasil.
- Énio Viegas Chingotuane, Universidade Joaquim Chissano, Moçambique/Chatam House, Reino Unido.
- Flávia Rodrigues de Castro, Escola de Guerra Naval - EGN, Brasil.
- Miguel Patrice Philippe Dhenin, Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, Brasil.
- Patricia Capelini Borelli, Faculdades de Campinas - FACAMP, Brasil.
- Suhayla Khalil Viana, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP, Brasil/Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE-IUL, Portugal.

Orbis – Boletim do LEPEB-UFF

<https://periodicos.uff.br/orbis>

Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira – LEPEB/UFF

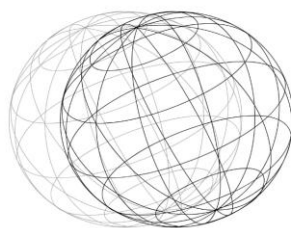
www.lepeb.uff.br

lepeb.iet@id.uff.br

Instituto de Estudos Estratégicos – INEST/UFF

Alameda Barros Terra, s/n - Campus do Valonguinho
- Centro – Niterói – RJ - CEP. 24.020-150 -
www.inest.uff.br

Foto de Capa: 13.05.2025 - Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de boas-vindas, no Grande Palácio do Povo. Pequim - China. Foto: Ricardo Stuckert / PR



SUMÁRIO

Análise das relações bilaterais do Brasil com EUA e China em 2025

Danilo Sorato 03

A indústria de defesa turca e a cooperação Sul-Sul com a África e Ásia Central

Alana Tenório 08

O corolário Trump e as garras do tigre de papel: um balanço histórico-estrutural do declínio do império norte-americano (1970–2025)

Marcello de Souza Freitas 13

Asfixia e decisões técnicas: A transição do modelo de segurança no México de Claudia Sheinbaum

Danillo Avellar Bragança 21

Normas para submissão de artigos

Equipe Editorial 27

Análise das relações bilaterais do Brasil com EUA e China em 2025

*Danilo Sorato **

O ano de 2025 apresentou vários desafios para a Política Externa Brasileira. Em um mundo em constante transformação, o Brasil precisou articular diversos esforços para conseguir alcançar dividendos políticos e econômicos em suas relações bilaterais. O maior desafio foi conseguir se equilibrar entre as grandes potências, os Estados Unidos e a China.

A literatura de Política Externa Brasileira costuma trabalhar ao longo do tempo a ideia de que o Brasil precisa ter uma postura pragmática e universalista em relação as potências de turno no sistema internacional. Foi assim quando na passagem do século XIX para o século XX, o Brasil se equilibrou entre a Inglaterra e os Estados Unidos (PINHEIRO, 2004). Depois, esse fenômeno se repetiu nos anos de 1930, quando o país precisou se equilibrar entre Estados Unidos e Alemanha no pré-guerra mundial (CERVO; BUENO, 2011).

Este comportamento equilibrado, e que evita alinhamento com alguma potência, também foi repetido no período da Guerra Fria. Especialmente, durante o governo Ernesto Geisel (1974-1979), em momento de distensão da disputa polarizada entre Estados Unidos e URSS (SPEKTOR, 2004). Tornou-se celebre a aproximação da ditadura militar com países comunistas na África (Angola) e na Ásia (China).

Baseado nas evidências coletadas, os atos assinados entre os países e os dados comerciais da balança comercial, o artigo compreende que existiu uma relação política e econômica mais vantajosa para nosso país em 2025. Ao analisar a cooperação e a possibilidade de investimentos, bem como das efetivas trocas comerciais, o Brasil conseguiu muitos dividendos com a China, enquanto com os EUA, a relação foi defensiva e prejudicial as relações bilaterais.

Portanto, a ideia de pragmatismo nas relações com as potências de turno é relativamente questionada em 2025, posto que o Brasil ao manter uma postura equilibrada só alcançou benefícios econômicos e políticos com um dos lados do pêndulo.

As relações do Brasil com os Estados Unidos

Os últimos meses têm sido marcado por movimentos disruptivos nas relações entre Brasil e Estados Unidos. A chegada ao poder do presidente Donald Trump trouxe mudanças significativas no relacionamento político e econômico.

O caso do tarifação articulado em abril e julho de 2025 misturou justificativas políticas e econômicas. Para defender seu aliado, Jair Bolsonaro, o presidente americano taxou os produtos brasileiros em 10% e 40%. Somando-se no total 50% de barreiras tarifárias para produtos como o café, a carne, o açaí, a aviação, dentre outros.

Diante desse cenário complexo e tenso, as relações Brasil e EUA sofreram um recuo em termos econômicos e políticos. Por exemplo, ao analisarmos a balança comercial em 2025, o Brasil teve um prejuízo grande devido às taxas comerciais impostas por Trump.

Tabela 1 – Balança comercial Brasil-EUA em 2025

País	Exportação	Importação
Estados Unidos	37.715.570.972	45.245.997.748

Fonte: ComexStat, 2026a.

Os dados revelam que o Brasil teve um prejuízo de aproximadamente 8 bilhões de dólares. Essa perda está diretamente relacionada com as tarifas impostas por Trump, posto que no ano anterior esse déficit foi de aproximadamente 300 milhões de dólares. Logo, em termos comerciais, a relação com os americanos não é vantajosa para o país.

Por outro lado, em relação aos atos assinados entre os dois países, ao fazer uma pesquisa no site do Itamaraty nas relações com os EUA, não houve nenhuma assinatura de acordos (memorandos, carta de intenções, etc.). Vale recordar que Lula e Trump não tiveram encontros oficiais específicos, exceto em momentos pontuais durante a Assembleia da ONU em setembro e uma reunião na Indonésia em outubro.

Sendo assim, aponta-se que em termos políticos a relação do Brasil e Estados Unidos foi negativa, visto que não alcançou nenhum avanço em áreas de cooperação entre os países. O único ponto de acordo entre os países foi o recuo na imposição das tarifas comerciais e na Lei Magnitsky por Trump no final do ano.

As relações do Brasil com a China

A relação entre Brasil e China se desenvolveu sem sobressaltos ou tensões em 2025. Houve visita de Lula aos chineses no mês de maio, o que demonstrou o crescente interesse entre os países. O relacionamento entre os países tem sido uma constante no governo Lula, com visitas mútuas e assinatura de atos a cada ano.

Vale recordar que os chineses são o principal parceiro comercial brasileiro desde 2009, com sucessivos superávits favoráveis ao Brasil em virtude do interesse chinês nos commodities. Portanto, já é uma constante no comércio brasileiro o aspecto positivo da relação com os chineses.

No que toca ao primeiro eixo da análise, a balança comercial, ela foi favorável ao Brasil. Sobretudo em produtos vinculados ao agronegócio, que historicamente são comprados pelos chineses.

Tabela 2 – Balança comercial Brasil-China em 2025

País	Exportação	Importação
China	100.021.440.850	70.929.742.233

Fonte: ComexStat, 2026b.

Os dados da tabela 2 revelam que o Brasil conseguiu aproximadamente 30 bilhões de dólares de superávit comercial com a China. A relação se manteve estável, já que no ano anterior esse valor foi de aproximadamente 31 bilhões de dólares. Portanto, a relação com os chineses é extremamente favorável ao país. Em relação ao segundo eixo de análise, os atos assinados entre os dois países, a relação alcançou uma série de iniciativas em maio de 2025. Foram assinados aproximadamente 37 atos em áreas como tecnologia, agronegócio, educação, inteligência artificial, indústria, desenvolvimento etc. (MRE, 2025)

Considerações Finais

Após análise dos dados comerciais e dos atos assinados pelo Brasil com EUA e China, chega-se à conclusão de que a relação do Brasil com os americanos foi prejudicial aos interesses brasileiros. Por outro lado, a relação bilateral com os chineses foi extremamente benéfica aos interesses brasileiros.

Assim, com essas conclusões, relativiza-se o pragmatismo e o equilíbrio entre as potências defendidos pela literatura de política externa ao longo do tempo. No atual cenário, o Brasil precisou agir de maneira defensiva com Trump, ao buscar a redução das tarifas ao comércio e das punições da Lei Magnitsky. Essa postura reativa conseguiu fazer o americano recuar em suas punições, apesar de que não trouxe benefício econômico e político, ao contrário, as relações não avançaram nesses dois campos.

Já no caso da China, a outra potência, o Brasil conseguiu desenvolver uma

relação positiva. Isso possibilitou iniciativas, e uma postura assertiva, alcançado muitos dividendos econômicos no comércio e em diversas áreas governamentais.

A aproximação entre China e Brasil, tanto em termos bilaterais, quanto em termos multilaterais, com a articulação política por meio do BRICS+, tornaram-se alvo de atenção nos EUA que perderam espaço no Brasil e na América Latina em relação ao comércio.

Apesar da postura defensiva em relação aos EUA, há possibilidades de cooperação entre os dois países. Por exemplo, em áreas como minerais críticos e combate ao crime organizado, os dois países podem articular várias iniciativas que tragam benefícios econômicos ao Brasil.

Outro caminho em que a relação entre Brasil e EUA pode melhorar é em relação a entrada de investimento estrangeiros diretos no país. Os americanos foram os principais financiadores de investimentos no vizinho do sul com a entrada de 244,7 bilhões de dólares em 2024, representando 28% do total de investimento estrangeiro direto que ficou em 884,8 bilhões de dólares (AGENCIA BRASIL, 2025). As cifras mostram mais um caminho para que a relação bilateral Brasil-EUA possa se ampliar nos próximos anos, já que os americanos são o país que mais colabora com o investimento em relação aos demais países do mundo.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Saiba de que países vem o investimento direto no Brasil; EUA lideram. **Agência Brasil**, 27 de setembro de 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-09/saiba-de-que-paises-vem-o-investimento-direto-no-brasil-eua-lideram>. Acesso em: 24 jan. 2025.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4^a ed. rev. Brasília: UnB, 2011.

COMEXSTAT. **Balança comercial entre Brasil e Estados Unidos em 2025**. Brasília: MDIC, 2026a.

COMEXSTAT. **Balança comercial entre Brasil e China em 2025**. Brasília: MDIC, 2026b.

MRE. **Nota nº 200** - Atos adotados por ocasião da visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Pequim - China, 12 e 13 de maio de 2025. Brasília: MRE, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/atos-adotados-por-ocasio-da-

visita-de-estado-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a-pequim-china-12-e-13-de-maio-de-2025. Acesso em: 25 jan. 2026.

PINHEIRO, Letícia Abreu. **Política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

SPEKTOR, Matias. Origens e direção do pragmatismo ecumênico e responsável (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI**, n. 47, v. 2.

Brasília, 2004 p. 191-222. Disponível em:

<https://www.scielo.br/i/rbpi/a/QYSn8t6CDB9GKtmWFwJznTP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jan. 2026.

* Doutor em Estudos Estratégicos (UFF), Mestre em Ensino de História (UNIFAP) e Professor de História na SME-RJ. E-mail: danielosorato@hotmail.com

A indústria de defesa turca e a cooperação Sul-Sul com a África e Ásia Central

Alana Tenório*

Nas últimas duas décadas, a Turquia tem se afirmado como um ator cada vez mais ativo no sistema internacional. Além disso, o país tem investido de forma consistente na consolidação de uma autonomia estratégica, combinando desenvolvimento tecnológico em defesa, diplomacia ativa e cooperação com diferentes parceiros. Esse processo projeta o país não apenas como consumidor de segurança, mas como fornecedor de capacidades militares e políticas, reposicionando-o dentro de uma configuração geopolítica que ultrapassa os limites de uma potência meramente regional.

O desenvolvimento da Base Industrial de Defesa turca está fortemente relacionado com as mudanças do Sistema Internacional que possibilitaram desafios e oportunidades. O sistema internacional multipolar do período entre guerras (1918-1939), por exemplo, possibilitou à Turquia o estabelecimento de relações com grandes potências, novos investimentos internacionais e desenvolver sua indústria de defesa, enquanto a bipolaridade da Guerra Fria trouxe impactos negativos com o congelamento da industrialização da defesa na Turquia (EGELI et al, 2024).

Até a década de 1990, a Turquia possuía uma base industrial de defesa pouco desenvolvida e com forte dependência de fornecedores externos, sobretudo dos Estados Unidos e dos países europeus. Essa situação expunha Ancara a embargos frequentes e limitava significativamente sua margem de autonomia estratégica (EGELI et al, 2024).

Desde os anos 2000, a Turquia vem implementando um processo sistemático de fortalecimento de sua base industrial militar, com o objetivo explícito de reduzir dependências tecnológicas externas e ampliar sua margem de autonomia estratégica. Esse movimento intensificou-se especialmente após restrições impostas por aliados ocidentais em momentos de tensão política, o que reforçou a percepção de vulnerabilidade estrutural do país (OZLU, 2021)

Como observa Kurç (2017, p. 260), o processo de industrialização do setor de defesa turco combina ambição de autonomia com persistentes interdependências globais, configurando um modelo híbrido. Ainda assim, o avanço tecnológico no segmento de sistemas aéreos não tripulados consolidou-se como símbolo dessa transformação. O desenvolvimento do *Bayraktar TB2* não apenas elevou a

capacidade operacional das forças armadas turcas, mas também inaugurou uma nova fase de inserção internacional baseada na exportação de tecnologia militar própria.

Essa dinâmica está inserida em uma política externa mais assertiva, frequentemente descrita como multidimensional. Ao expandir sua presença em regiões tradicionalmente periféricas à sua diplomacia, como África e Ásia Central, a Turquia reposiciona-se como potência média tecnológica. Nesse contexto, a indústria de defesa deixa de ser um componente subordinado e passa a ocupar papel estruturante na arquitetura da política externa.

A Diplomacia dos Drones: Exportações, Influência Estratégica e Reconfiguração da Cooperação Sul-Sul

O sucesso operacional do *Bayraktar TB2* em conflitos como Síria, Líbia e Nagorno-Karabakh projetou internacionalmente a eficácia do sistema, reforçando sua reputação como alternativa custo-efetiva em um mercado global altamente competitivo. Esse desempenho ampliou a demanda internacional, especialmente em países que buscam modernizar suas capacidades militares sem depender exclusivamente de fornecedores tradicionais do Norte Global.

Na África, a estratégia turca combina exportação de drones, cooperação militar, abertura de representações diplomáticas e intensificação de parcerias econômicas. A expansão da presença turca no continente ao longo da última década foi acompanhada por acordos de defesa e treinamento militar. Siradağ (2025, p. 21) observa que o engajamento turco na área de segurança integra uma estratégia mais ampla de consolidação de influência política e econômica.

O caso da Somália ilustra essa lógica. A instalação de uma base militar turca em Mogadíscio e os acordos de cooperação em defesa precederam a consolidação da venda de sistemas não tripulados, demonstrando que a exportação de drones é parte de um pacote estratégico mais amplo (ÖZYUGUN, 2025, p. 4). A indústria de defesa funciona, nesse sentido, como vetor de construção de vínculos institucionais duradouros entre forças armadas, criando dependência operacional associada à manutenção, treinamento e atualização tecnológica.

Na Ásia Central, a cooperação com países como Cazaquistão e Quirguistão ocorre em um contexto geopolítico marcado pela influência russa e chinesa. A oferta turca apresenta-se como alternativa intermediária, combinando proximidade cultural e narrativa de solidariedade entre países do Sul com tecnologia militar competitiva

(DAL, 2018).

Essa estratégia reforça a imagem da Turquia como ator capaz de oferecer diversificação estratégica a Estados que buscam maior autonomia decisória. Entretanto, a chamada cooperação Sul-Sul no campo da defesa apresenta ambivalências. Embora a retórica enfatize horizontalidade e parceria, a relação tecnológica permanece assimétrica. Como argumenta Stuenkel (2016, p. 92), as novas dinâmicas do Sul Global não eliminam hierarquias, mas as reconfiguram em novas bases institucionais e tecnológicas. No caso turco, a dependência não desaparece; apenas desloca-se para outro polo fornecedor.

Além disso, a expansão do uso de drones em contextos de conflito africanos tem suscitado debates sobre impactos humanitários e responsabilidade internacional. Relatórios recentes indicam que a difusão desses sistemas amplia a capacidade de projeção militar de Estados com limitada supervisão institucional, introduzindo novas variáveis no debate sobre governança global de armamentos (THE GUARDIAN, 2025). Assim, a diplomacia dos drones insere a Turquia em um debate mais amplo sobre exportação de tecnologia militar por potências emergentes.

Considerações finais

A consolidação da indústria de defesa como instrumento de política externa revela uma inflexão qualitativa na estratégia turca. Ao articular exportações militares, cooperação institucional e narrativa de solidariedade Sul-Sul, Turquia constrói um modelo híbrido de projeção internacional que combina pragmatismo comercial e cálculo geopolítico.

É importante destacar que essa expansão também evidencia limites estruturais, pois apesar da produção doméstica de drones representar um avanço significativo em termos de autonomia, a cadeia produtiva permanece parcialmente integrada a componentes estrangeiros, demonstrando que a autossuficiência plena ainda não foi alcançada (KURÇ, 2017, p. 270). Além disso, a própria natureza da exportação de sistemas complexos implica manutenção de vínculos técnicos permanentes entre fornecedor e comprador.

A região da África e Ásia Central emergem, portanto, como laboratórios da diplomacia tecnológica turca. Nesses espaços, a Turquia experimenta um modelo de inserção internacional baseado na combinação entre indústria de defesa e cooperação estratégica. O resultado é a ampliação de sua presença geopolítica sem recorrer a mecanismos tradicionais de intervenção direta.

Em síntese, a diplomacia dos drones demonstra que, no sistema internacional contemporâneo, a capacidade de produzir e exportar tecnologia militar tornou-se ativo diplomático de primeira ordem. A Turquia posiciona-se como potência média tecnológica que utiliza sua indústria de defesa para redefinir padrões de cooperação Sul-Sul. Contudo, o equilíbrio entre autonomia estratégica e reprodução de novas dependências permanece como questão central para avaliar a sustentabilidade de sua inserção no Sul Global.

Referências

DAL, Emel Parlar. Conceptualising and testing the “new” Turkish foreign policy doctrine. **Third World Quarterly**, v. 39, n. 2, 2018, p. 283–301.

EGELI, Sıtkı. **Adapting security: The intersection of Türkiye’s foreign policy and defence industrialisation**. London: IISS, 2024. Disponível em: <https://www.iiss.org/research-paper/2024/05/from-client-to-competitor-the-rise-of-turkiyes-defence-industry/>. Acesso em: 11 fev. 2016

KURÇ, Çağlar. Between defence autarky and dependency: the dynamics of Turkish defence industrialization. **Defence Studies**, v. 17, n. 3, 2017, p. 260–281.

ÖZLÜ, Hüsnü. The Foundation and Development of Turkey’s Defense Industry in the Context of National Security Strategy. **Perceptions**, v. 26, n. 2, 2021, p. 216-240. Disponível em: <https://dergipark.org.tr/en/download/article-file/2181959>. Acesso em: 12 fev. 2026.

ÖZYUGUN, Mert Efe. Türkiye’s Contribution to Modernization of Africa’s Security and Defense Autonomy. **Journal of Central and Eastern European African Studies**, v. 5, n. 2, 2025.

SIRADAĞ, Abdurrahim. Türkiye’s growing involvement in security in Africa. **Turkish Journal of African Studies**, v. 2, n. 1, 2025, p. 19–32. Disponível em: <https://dergipark.org.tr/en/download/article-file/4657119>. Acesso em: 11 fev. 2026.

STUENKEL, Oliver. **Post-Western World: How Emerging Powers Are Remaking Global Order**. Cambridge: Polity Press, 2016.

THE GUARDIAN. **Drone attacks killing hundreds of civilians across Africa, says report.** The Guardian, publicado em 10 mar. 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2025/mar/10/drone-attacks-killing-hundreds-of-civilians-across-africa-says-report>. Acesso em: 11 fev. 2026.

*Graduada em Relações Internacionais (UNIFAP) e mestranda em Segurança Internacional e Defesa (ESG). E-mail: alana.tenorio@esg.br

O corolário Trump e as garras do tigre de papel: um balanço histórico-estrutural do declínio do império norte-americano (1970–2025)

*Marcello de Souza Freitas **

O segundo mandato de Donald Trump tem sido interpretado como expressão de uma política externa caótica e disruptiva, atribuída às idiossincrasias pessoais do presidente. Embora esses elementos não sejam irrelevantes, tal leitura tende a obscurecer a dimensão estrutural e histórica do fenômeno. Este artigo busca ir além de respostas personalistas e analisar o significado político e estratégico do governo Trump no contexto das transformações estruturais da ordem internacional contemporânea, em meio a um longo processo de declínio relativo da hegemonia dos Estados Unidos (EUA). Nesse sentido, argumenta-se que a política externa de Trump representa uma resposta defensiva e radicalizada de uma potência em desgaste, já privada do poder estrutural e simbólico que outrora sustentaram sua hegemonia. Trata-se de uma análise qualitativa, ancorada na Economia Política Internacional estrutural-crítica, aplicada ao contexto histórico da política externa norte-americana entre 1970 e 2025.

Crise hegemônica e reconfiguração sistêmica (1970–1990)

É importante começar esta análise na década de 1970, pois foi o período em que os EUA enfrentaram o primeiro grande desafio à sua hegemonia, pelo menos no bloco ocidental, consolidada após a Segunda Guerra. Contudo, o acúmulo dos custos de manutenção dessa hegemonia, emergência da Europa Ocidental e Japão como concorrentes industriais, os choques do petróleo de 1973 e 1979 e ampliação do número de Estados no sistema internacional (após a descolonização) passaram a erodir a, até então, incontestável liderança norte-americana (Saraiva, 2012) – apontando sinais de uma “sobre extensão imperial” (Kennedy, 1991).

A resposta dos EUA a esse contexto adverso, de declínio relativo, evidenciou um poder estrutural capaz de reconfigurar a ordem internacional favoravelmente aos seus interesses. O Choque Nixon, em 1971, ao romper com a conversibilidade do dólar em ouro e com o regime de câmbio fixo, inaugurou um sistema financeiro mais flexível, centrado na primazia do dólar (Fiori, 2008). Em 1979, o Choque Volcker aprofundou essa reconfiguração ao elevar abruptamente os juros, reforçando o poder financeiro norte-americano e subordinando países centrais e periféricos por

meio de uma “diplomacia do dólar forte” (Tavares, 1985).

Geopoliticamente, essa recomposição hegemônica foi reforçada pela aproximação estratégica entre EUA e China. Conduzida pelo pragmatismo da *realpolitik* de Henry Kissinger, a estratégia explorou a clivagem sino-soviética em favor dos interesses norte-americanos. Assim, a normalização das relações bilaterais, o reconhecimento da República Popular da China na ONU (1971) e visita de Nixon a Pequim (1972), abriram caminho para a integração gradual chinesa ao capitalismo; reforça pelas reformas de Deng Xiaoping. O efeito sistêmico foi o enfraquecimento estratégico da União Soviética (URSS), que perdeu um pilar central de sua órbita geopolítica em meio à intensificação da Guerra Fria (Saraiva, 2012).

Esses fatores possibilitaram uma reconfiguração e reafirmação da hegemonia norte-americana ao longo dos anos 1980; que assumiu sua etapa financeira. A partir daí, os EUA acumularam suficiente poder econômico, político, militar e simbólico para reorganizar a economia-mundo capitalista; impulsionando a expansão do neoliberalismo e impondo a URSS uma corrida armamentista insustentável (numa retomada da guerra fria) – que levou ao seu colapso em 1991 e, conseqüente, ascensão dos EUA como potência hegemônica (Fiori, 2008; Saraiva, 2012).

O Momento unipolar e sua autodestruição (1990–2008)

Na década de 1990, os EUA passaram a sustentar uma superioridade militar, econômica, tecnológica e simbólica insuperáveis. Essa espécie de “momento unipolar”, intensificado pela globalização da ordem liberal-capitalista, suscitou, inclusive, anúncios triunfalistas como o de “fim da história” e “nova ordem mundial”. Contudo, a “uni-multipolaridade” representava melhor o pós-guerra fria, na medida em que a hegemonia americana tinha certa mediação de instituições multilaterais (como a ONU) e consentimento de outros polos de poder (como Rússia e China) – como ficou comprovado pelo amplo apoio internacional à campanha dos EUA na Primeira Guerra do Golfo (1991) (Messari e Nogueira, 2005).

Esse padrão de exercício hegemônico com aparência de consentimento e legitimidade – pilares do soft power norte-americano – é alterado na virada do século, quando os EUA assumem uma liderança mais unilateral, coercitiva e centrada no hard power. O marco dessa inflexão foram os atentados de 11 de setembro de 2001; que, ao iniciar a “Guerra ao Terror”, criou justificativas “imperiais” para a intervenção no Afeganistão. Ampliadas, sobretudo, na guerra do Iraque (2003) –

conduzida com limitado respaldo internacional, justificativas falsas e através de “choque e pavor”. Apesar dessas ações evidenciarem um ápice da hegemonia americana, o excessivo exercício desse poder imperial produziu elevados custos políticos e simbólicos; que passaram a corroer as suas bases de legitimidade e soft power (Nye, 2005).

Esse processo foi aprofundado pela crise financeira global de 2008. A crise, desencadeada pela desregulamentação do sistema financeiro norte-americano, foi ironicamente debelada pelo Estado; deixando como rastro o empobrecimento da classe média americana, inédita acumulação de renda no chamado 1% e exportação de recessão para o resto do mundo. O que abalou profundamente a ordem liberal, ao expor as fragilidades da liderança norte-americana; gerando movimentos, principalmente no Sul Global, de contestação e desacoplagem desse sistema. Esse colapso financeiro dos EUA expressou um esgotamento do seu poder estrutural e supremacia econômica que sustentavam sua hegemonia nessa etapa final do ciclo sistêmico de acumulação do pós-guerra fria (Arrighi, 2007; Krugman, 2010).

A ascensão do “resto” e a reação norte-americana (2008–2024)

Em meio aos desdobramentos da crise financeira de 2008, e da própria hegemonia americana, ganha força a ascensão econômica de países do Sul Global – o que Fareed Zakaria descreveu como “ascensão do resto” (Zakaria, 2008). O ponto é que a crescente projeção econômica, política e geoestratégica dessas potências emergentes passou a criar alternativas viáveis aos EUA, fora da estrutura de poder ocidental; abrindo a possibilidade de formação de uma nova ordem multipolar. Portanto, surge no pós-crise de 2008 um novo quadro de declínio relativo norte-americano, diferente dos anos 1970; na medida em que surge novos polos de poder, em meio a diminuição da capacidade estrutural de Washington reverter esse novo ciclo de transição hegemônica.

Nesse contexto, o processo de ascensão da China é o mais significativo. Impulsionado pelas reformas de 1978 e entrada na OMC em 2001, foi no pós-2008 que esse processo deslanchou. A eficiente resposta do Estado chinês à crise, garantiu ao país taxas elevadas de crescimento; mesmo em meio a recessão global – o que garantiu à China se afirmar como um novo centro das cadeias globais de produção, comércio, investimento e inovação. Essa ampliação do poder estrutural da China se expressa, por exemplo, na “Iniciativa Cinturão e Rota”; e sua recente

ramificação tecnológica e cultural (Jabbour et al., 2021).

Os BRICS – como foro de articulação do Sul Global – representa outro marco; por sua importância geoestratégica e crescente perfil contra-hegemônico. Iniciativas como o NBD, Arranjo Contingente de Reservas, uso de moedas locais e sistemas próprios de pagamento criam alternativas à preponderância da estrutura financeira ocidental e hegemonia do dólar. Assim como a recente expansão do grupo amplia seu peso geoeconômico e geopolítico e papel como vetor da construção de uma nova ordem multipolar (Freitas, 2024; Stuenkel, 2021).

A recente aproximação estratégica sino-russa representa um poderoso vetor da “ascensão do resto”, por combinar o poder econômico e tecnológico da China com a capacidade militar, energética e geoestratégica da Rússia (Hawkins, 2025). O fato é que a formação dessa aliança representa uma profunda derrota diplomática para os EUA, pois desmonta a bem-sucedida estratégia Nixon-Kissinger (dos anos 1970) de impedir o surgimento de um eixo contra-hegemônico na eurásia, capaz de se contrapor à hegemonia americana. O surgimento dessa “amizade sem limites” sino-russa cria um poderoso obstáculo ao poder estrutural dos EUA, limitando sua capacidade de impor um novo “reset” sistêmico; igual ao dos anos 1980.

A partir daí, a reação norte-americana à ascensão do Sul Global passou a priorizar cada vez mais a via *hard power*, como um último recurso de poder; em meio ao agravamento do seu declínio relativo. Assim, apesar da eleição de Barack Obama (em 2008) levantar a expectativa de reversão do unilateralismo da Doutrina Bush e restauração do *soft power* dos EUA, a sua política externa manteve muitas das diretrizes anteriores; focando na contenção dos seus desafiantes – sem um uso tão extensivo de sua força militar. Como ficou expressado no uso de drones e militares privados, no projeto *Rebalance to Asia* e vigilância global da NSA. Contudo, essa estratégia de segurança surtiu pouco efeito na reversão do quadro de transição hegemônica, além de aprofundar a erosão *soft power* do país - revelando um agravamento dos limites estruturais da restauração da liderança norte-americana (Brands, 2016; Ikenberry, 2011).

Esse fato explica a eleição de Donald Trump (em 2016), como uma resposta ainda mais agressiva ao declínio dos EUA. Além de uma expressão dos desdobramentos domésticos da crise de 2008, que deixaram um rastro de desindustrialização, desemprego, desestruturação institucional e radicalização da sociedade americana. Assim, o lema “Make America Great Again” prometia uma violenta restauração da liderança americana perdida, por meio de coerção

econômica, pressão político-militar e confronto aberto à ascensão da China e BRICS – conforme defendido pela Estratégia de Segurança Nacional de 2017 (Brands, 2018).

Contudo, os efeitos políticos, econômicos e sociais da pandemia do Covid 19 não apenas frearam o “MAGA”, como reforçaram o perfil pós-imperial dos EUA (Todd, 2024). Esse fato, abriu caminho para Joe Biden, em 2020; que buscou restaurar a imagem e legitimidade da política externa dos EUA; sem, contudo, mudar seus objetivos estratégicos e foco no *hard power* (Jakštaitė-Confortola, 2022). O acúmulo de fracassos dessa política – como a caótica saída do Afeganistão e ineficácia das sanções contra a Rússia – evidenciou a incapacidade desse governo de reafirmar a hegemonia americana; abrindo espaço para a volta de Trump ao poder.

O segundo governo Trump e a radicalização da gestão do declínio hegemônico

Trump volta ao poder, em 2025, por meio de retórica extremista, desinformação e promessa de ser o líder forte capaz de restaurar a grandeza americana. Assim, em meio a desagregação e radicalização do cenário político dos EUA, e intensificação do seu declínio relativo frente à China, a retomada do projeto “MAGA” ganha contornos ainda mais agressivos e militaristas (Sanches, 2025); em prol da restauração da hegemonia norte-americana.

Esse “Corolário Trump” – inspirado na Doutrina Monroe e registrado na Estratégia de Segurança de 2025 – tem como diretriz a contenção, por todos os meios, da projeção internacional dos BRICS e, principalmente, da China (nos campos econômico, tecnológico, comercial e militar). Essa decisão estratégica parece mais estrutural do que somente uma expressão da visão egocêntrica e autoritária de Trump; pois expressa a percepção de que as atuais limitações do poder estrutural dos EUA tornam o unilateralismo e intensificação do *hard power* como últimos recursos de contenção da transição hegemônica em curso – principalmente enquanto os EUA ainda mantem uma insuperável superioridade militar (Nicas, 2025).

Nesse sentido, o “tarifaço” pode ser entendido como uma guerra comercial contra o mundo, tendo China e BRICS como focos prioritários; mas também aliados, como UE e Canadá. Essa coerção antiliberal parece não apenas buscar reafirmar a supremacia comercial americana, como quebrar as cadeias globais de produção (cada vez mais favoráveis à China) e renacionalizar o setor produtivo norte-americano (que se globalizou) – passos fundamentais para a restauração do poder

estrutural dos EUA. No entanto, os efeitos mostram-se contraproducentes: pressões inflacionárias internas, deterioração da imagem internacional dos EUA e reforço da China como centro dinâmico do comércio global (Amiti et al., 2026).

Contudo, é no plano geopolítico que essa política se mostra mais diretamente belicosa. Esse é o caso, principalmente, da pressão militar sobre Irã e Venezuela; mas incluindo também a campanha de subjugação da América Latina como sua zona de influência direta e ameaças contra Canadá, Groenlândia e OTAN. Até o momento, essa agressividade parece não surtir os efeitos estruturais desejados; pois, além de ampliar a instabilidade e desordem globais, tem destruído a imagem dos EUA – ao passo que reforça o *soft power* da China (como polo econômico alternativo estável e confiável) e papel contra-hegemônico do BRICS (BBC, 2026).

Conclusão

Portanto, Trump 2 opera como uma fase mais radicalizada de um processo histórico de declínio hegemônico dos EUA, em curso desde os anos 1970. Diferentemente de crises anteriores, a atual transição ocorre em um ambiente com alternativas sistêmicas concretas (como China e BRICS), em meio a uma profunda diluição do poder estrutural dos EUA; o que limita a capacidade norte-americana de, mais uma vez, reorganizar a ordem internacional ao seu favor. Assim, resta ao Trump apostar na “diplomacia do caos” para forçar um “reset” sistêmico, que freie essa transição hegemônica; correndo o risco de ativar a famosa “armadilha de Tucídides”. Resta agora observar, ao longo desses três anos remanescentes desse governo, o desenrolar desse jogo no “grande tabuleiro”.

Referências:

- Amiti, M., Flanagan, C., Heise, S., Weinstein, D.E., 2026. Who Is Paying for the 2025 U.S. Tariffs? **Liberty Street Economics**. <https://doi.org/10.59576/lse.20260212>
- Arrighi, G., 2007. **O Longo Século XX: Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Contraponto.
- BBC, 2026. Os recados de Trump sobre Groenlândia, Venezuela e tarifas a líderes globais em Davos em meio a escalada de tensão. **BBC News Brasil**. URL <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cwynpzezskjo> (acessado 2.13.26).
- Brands, H., 2018. **American Grand Strategy in the Age of Trump**. Brookings Institution Press, Washington, D.C.
- Brands, H., 2016. Barack Obama and the Dilemmas of American Grand Strategy.

The Washington Quarterly 39, 101–125.
<https://doi.org/10.1080/0163660X.2016.1261557>

Fiori, 2008. Economia Política Internacional e Teoria das Relações Internacionais. **Chá com bolachas...** URL
<https://chacombolachas.wordpress.com/2008/03/08/economia-politica-internacional-e-teoria-das-relacoes-internacionais/> (acessado 2.12.26).

Freitas, M. de S., 2024. A expansão dos BRICS em meio desordem global: os novos desafios para a política externa brasileira e inserção internacional autônoma do Brasil. **Mural Internacional** 15, e83323–e83323.
<https://doi.org/10.12957/rmi.2024.83323>

Hawkins, A., 2025. China and Russia pledge to deepen ties as they criticise US on Victory Day. **The Guardian**.

Ikenberry, G.J., 2011. **Liberal Leviathan: The Origins, Crisis, and Transformation of the American World Order**. Princeton University Press.

Jabbour, E., Gabriele, A., Schettino, F., Correa, R., Martins, C.E., Belluzzo, L.G., 2021. **China: o Socialismo do Século XXI**, 1ª edição. ed. Boitempo Editorial, São Paulo, SP.

Jakštaitė-Confortola, G., 2022. US Foreign Policy during the Biden Presidency: A Reset in the US Approach towards the EU Strategic Autonomy?, in: **European Strategic Autonomy and Small States' Security**. Routledge.

Kennedy, P., 1991. **Ascensão e Queda Das Grandes Potências**, 5ª ed. ed. Campus/Elsevier, RJ.

Krugman, P., 2010. **A Crise de 2008 e a Economia da Depressão**. Elsevier.

Messari, N., Nogueira, J.P., 2005. Teoria das Relações Internacionais - Correntes e Debates, 1ª edição. ed. GEN Atlas, Rio de Janeiro.

Nicas, J., 2025. The 'Donroe Doctrine': Trump's Bid to Control the Western Hemisphere - **The New York Times**. URL
<https://www.nytimes.com/2025/11/17/world/americas/trump-latin-america-monroe-doctrine.html> (acessado 2.13.26).

Nye, J.S., 2005. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. PublicAffairs, New York.

Sanches, M., 2025. Primeiras medidas de Trump e os planos prioritários anunciados na posse. **BBC News Brasil**. URL
<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c5y7g25yljyo> (acessado 2.13.26).

Saraiva, J.F.S. (Ed.), 2012. **História das relações internacionais contemporâneas: Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**, 2ª Edição. ed,

Coleção Relações Internacionais. Ed. Saraiva, São Paulo.

Stuenkel, O., 2021. **The BRICS and the Future of Global Order**, 2nd ed. ed. RlpG/Galleys, Lanham Boulder New York London.

Tavares, M.D.C., 1985. A retomada da hegemonia norte-americana. Brazil. **J. Polit. Econ.** 5, 157–167. <https://doi.org/10.1590/0101-31571985-2005>

Todd, E., 2024. **La défaite de l'Occident**. Gallimard, Paris.

Zakaria, F., 2008. **O Mundo Pós-Americano**, 1ª edição. Companhia das Letras.

*Doutor em Política Internacional pela Aberystwyth University (País de Gales) e professor da Unilasalle-RJ. E-mail: marcello_soufrei@yahoo.com.br

Asfixia e decisões técnicas: A transição do modelo de segurança no México de Claudia Sheinbaum

Danillo Avellar Bragança*

No cenário contemporâneo, a ascensão de Claudia Sheinbaum ao poder marca um momento de inflexão estratégica: enquanto as administrações do início do século XXI (2000-2012) fundamentaram-se na espetacularização do confronto e na militarização ostensiva, o mandato atual propõe uma transição para o uso intensivo da inteligência técnica e da asfixia logística. Todavia, essa nova abordagem não opera em um vácuo político, mas sim sobre o escombro de uma "guerra às drogas" que fragmentou o monopólio da violência e institucionalizou uma dependência estrutural da arquitetura de segurança hemisférica norte-americana.

A problematização central reside na exaustão do paradigma da confrontação direta, cujo ápice sob a Iniciativa Mérida resultou na fragmentação atomizada dos cartéis e na subsequente escalada da letalidade. A transição para a asfixia logística proposta por Sheinbaum confronta o legado de uma estrutura de segurança pública que, ao priorizar o abate de lideranças, desestabilizou o mercado criminal e fomentou conflitos de baixa intensidade por todo o território nacional.

Este novo modelo técnico de inteligência pretende substituir a militarização performática por uma racionalização burocrática do combate ao crime, contudo, enfrenta a inércia de instituições historicamente permeadas pela simbiose com o narcotráfico. A questão fundamental que se impõe é se a sofisticação dos mecanismos de monitoramento financeiro possui densidade suficiente para restaurar a soberania em zonas de controle paraestatal ou se configura apenas uma reiteração das tecnologias de poder que historicamente falharam em reduzir o fluxo transnacional de substâncias ilícitas.

A tese sustenta que Claudia Sheinbaum promove uma sofisticação do aparato estatal ao substituir o militarismo performático de décadas anteriores por uma estratégia centrada na inteligência técnica e no monitoramento logístico. Esta mudança pretende racionalizar o uso da força pública para atingir a estrutura financeira dos cartéis. Contudo, o governo não rompe com a dependência estrutural da segurança hemisférica norte-americana.

O Legado da "Guerra às Drogas" (2000-2012)

O modelo centrado na repressão estatal não apenas falhou em reduzir a oferta, como precipitou o surgimento das chamadas "Três Guerras", um conflito multidimensional que fragmenta o território nacional. No primeiro flanco, o Estado enfrenta os cartéis em um cenário de militarização persistente que, ao eliminar

lideranças isoladas, provoca a atomização de grupos ainda mais violentos. O segundo eixo manifesta-se no confronto fratricida entre os próprios cartéis pela hegemonia das rotas logísticas remanescentes. Por fim, a terceira frente emerge da exaustão da sociedade civil, que se vê forçada a organizar milícias de autodefesa diante da ausência de garantias fundamentais por parte das instituições legítimas.

A militarização institucionalizada durante a gestão de Felipe Calderón redefiniu a dinâmica da segurança pública ao transpor para o plano doméstico táticas e armamentos de natureza estritamente bélica. O emprego das Forças Armadas no combate direto resultou em uma fragmentação atomizada dos grandes cartéis, transformando estruturas centralizadas em células menores e mais agressivas. Essa segmentação impediu a estabilização do mercado criminal e provocou uma escalada geométrica da violência letal em territórios antes considerados periféricos. A substituição do policiamento civil por tropas militares não freou o fortalecimento do tráfico, mas sim institucionalizou o confronto como resposta primária. No desfecho desse processo, a dependência do aparato militar esvaziou a autonomia das instituições de justiça e converteu a segurança em um estado de exceção permanente.

A Iniciativa Mérida consolidou um modelo de soberania compartilhada que institucionalizou a presença de agências de inteligência e segurança norte-americanas em instâncias decisórias do Estado mexicano. Essa arquitetura de cooperação vinculou a ajuda financeira à adoção de tecnologias e protocolos operacionais estrangeiros, subordinando o planejamento doméstico às diretrizes da segurança hemisférica. A interferência transbordou a assistência técnica para se tornar um mecanismo de monitoramento constante da burocracia estatal. Assim, a autonomia de decisão sobre a política de drogas tornou-se refém de uma dependência logística e financeira que prioriza os interesses de segurança nacional de Washington. O resultado foi a cristalização de uma relação assimétrica onde o México cede espaços de soberania em troca de uma legitimidade externa que não se traduz em pacificação interna.

A Doutrina Sheinbaum

O Sistema Nacional de Inteligência, peça central da Estratégia Nacional de Segurança 2024-2030, materializa o esforço de Claudia Sheinbaum em transitar de um modelo de confronto bélico para uma gestão técnica do fenômeno criminal. Desde o início de seu mandato, em 1º de outubro de 2024, a gestão propõe o fortalecimento das capacidades de investigação para superar a visão unicausal que reduzia o narcotráfico ao combate armado. A proposta baseia-se em quatro eixos fundamentais: atenção às causas sociais, consolidação da Guarda Nacional sob controle militar, fortalecimento da inteligência e coordenação interinstitucional.

Durante a campanha presidencial, Sheinbaum defendeu que a segurança não deveria ser uma questão de mão dura ou autoritarismo, mas de integração tecnológica e redução da impunidade. Ela prometeu a criação de um Sistema Nacional de Inteligência que unificasse as informações das instituições de segurança pública para prevenir a violência e esclarecer crimes de forma mais eficiente. O objetivo declarado era modernizar o Estado para enfrentar não apenas as ameaças tradicionais, mas também o crime cibernético e as novas realidades do crime organizado.

Os feitos realizados até o início de 2026 consolidam essa infraestrutura através de reformas institucionais profundas. A publicação da Lei do Sistema Nacional de Investigação e Inteligência em Segurança Pública, em julho de 2025, estabeleceu metodologias uniformes para a geração de provas e tomada de decisões estratégicas. Houve também uma modificação no Artigo 21 da Constituição para integrar a Secretaria de Segurança e Proteção Cidadã (SSPC) diretamente nas tarefas de investigação, conferindo-lhe poder de monitoramento financeiro e análise forense.

Os resultados operacionais desse novo paradigma já apresentam dados mensuráveis. Até julho de 2025, a coordenação entre forças federais e locais resultou na detenção de mais de 25 mil pessoas por crimes de alto impacto e na inabilitação de 1.160 laboratórios clandestinos. Além disso, o governo lançou a campanha nacional preventiva *Aléjate de las drogas*, tratando o consumo de fentanil como uma questão de saúde pública e educação, integrando o sistema de inteligência ao rastreamento epidemiológico das adições.

A institucionalização técnica do atual mandato manifesta-se na centralidade política conferida à Secretaria de Segurança e Proteção Cidadã (SSPC). Este rearranjo burocrático busca consolidar uma "segurança real" pautada pela análise de dados e evidências forenses, afastando-se do espetáculo midiático que caracterizou as incursões militares de outrora. Ao migrar o poder decisório das cúpulas de defesa para uma estrutura civil de inteligência, o Estado mexicano tenta racionalizar a gestão do conflito. A reforma constitucional do Artigo 21, em 2025, legitimou essa transição ao permitir que a SSPC coordene o Sistema Nacional de Inteligência sob diretrizes puramente técnicas. O objetivo é substituir a narrativa da guerra por uma eficiência administrativa capaz de dismantlar redes logísticas sem a necessidade do confronto ostensivo. Trata-se de uma tentativa de institucionalizar a paz através da burocracia, embora os limites práticos dessa migração dependam da capacidade de resistência das corporações militares à nova hierarquia civil.

O tema internacional do Fentanil

A emergência do fentanil reconfigurou a geopolítica das drogas ao substituir

substâncias tradicionais, como a maconha e a cocaína, como o eixo gravitacional da crise bilateral entre México e Estados Unidos. Esta transição alterou a lógica da produção e do tráfico devido à natureza sintética do opioide, que dispensa grandes extensões territoriais de cultivo e permite uma logística de distribuição mais fragmentada e letal. Enquanto as drogas vegetais dependiam de ciclos agrícolas e rotas geográficas rígidas, o fentanil possibilita lucros exponenciais com volumes reduzidos, desafiando os mecanismos clássicos de interdição fronteiriça.

O controle desta substância tornou-se a prioridade absoluta de Washington, exercendo uma pressão transnacional sobre o governo mexicano por resultados imediatos na contenção de precursores químicos. O cenário atual revela uma assimetria renovada, onde a letalidade do fentanil serve como argumento para novas exigências de monitoramento técnico e intervenção indireta na soberania mexicana.

A rejeição de Claudia Sheinbaum à classificação dos cartéis mexicanos como organizações terroristas estrangeiras representa uma reafirmação categórica da soberania nacional. Esta postura revisita os fundamentos da Doutrina Carranza ao priorizar a não-intervenção e a igualdade jurídica entre os Estados. A presidenta argumenta que tal designação pelos Estados Unidos permitiria incursões militares unilaterais em solo mexicano, o que configura uma violação inaceitável da autonomia política do país. O embate diplomático reflete a resistência histórica do México contra o intervencionismo norte-americano travestido de cooperação securitária. Trata-se de uma defesa estratégica do Direito Internacional para impedir que o combate ao narcotráfico se converta em um pretexto para o controle territorial externo. Ao sustentar essa posição, o governo atual tensiona a relação bilateral para exigir reciprocidade no controle do fluxo ilegal de armas provenientes do norte.

O pragmatismo das extradições recentes sob a administração Sheinbaum consolida-se como uma moeda de troca estratégica na gestão da relação assimétrica com o governo Trump. O Estado mexicano intensificou a transferência de operadores de alto escalão do Cartel de Sinaloa e do Cartel Jalisco Nueva Generación para o sistema judiciário norte-americano. Esta movimentação visa arrefecer a retórica intervencionista e evitar sanções tarifárias que ameaçam a estabilidade econômica nacional. Ao autorizar o envio de figuras-chave, o governo sinaliza cooperação sem comprometer o discurso público de soberania interna. Conforme reportado pelo jornal *El Universal*¹, estas extradições operam como uma válvula de escape diplomática diante da pressão por resultados imediatos no combate ao tráfico de fentanil. Trata-se de um realinhamento que prioriza a

¹<https://www.eluniversal.com.mx/nacion/mexico-traslada-a-eu-a-29-reos-de-distintos-centros-penitenciarios-eran-requeridos-por-vinculos-con-organizaciones-criminales/>

estabilidade bilateral em detrimento da centralização dos processos judiciais em território mexicano. É uma adaptação necessária à nova dinâmica política do vizinho do norte.

Limites e Perspectivas da "Reconstrução"

A síntese deste processo revela que, apesar do refinamento técnico introduzido pelo governo Sheinbaum, a persistência da simbiose entre o aparato estatal e os ilegalismos continua a desafiar a plena restauração da autoridade pública. O redirecionamento estratégico para a inteligência financeira e a asfixia logística tenta desarticular as estruturas de poder paraestatal que se consolidaram durante o período de confronto ostensivo entre 2000 e 2012. Entretanto, essa transição institucional enfrenta a inércia de redes de corrupção e dependências econômicas que historicamente permeiam as instâncias de governança local e federal. A sofisticação burocrática atua sobre a superfície das operações criminais, mas as zonas cinzentas de cooperação entre agentes públicos e cartéis mantêm-se como um obstáculo estrutural à soberania interna.

O diagnóstico crítico aponta para a necessidade imperativa de uma democratização do debate sobre drogas que supere o paradigma do punitivismo e considere a autonomia regional como contraponto à hegemonia do Norte. A busca por soluções eficazes exige o fortalecimento de foros como a CELAC e a UNASUL, capazes de articular uma política hemisférica que não seja meramente reativa às demandas de segurança nacional de Washington. Somente através de uma coordenação multilateral baseada na reciprocidade e no respeito à autodeterminação será possível reduzir a sobrecarga dos sistemas de justiça e o custo social desproporcional pago pelas sociedades latino-americanas.

O prognóstico indica um risco latente de que o novo modelo de inteligência técnica torne a repressão mais invisível e automatizada sem, contudo, alterar as estruturas de desigualdade que sustentam o narcotráfico. A gestão administrativa do crime pode resultar em uma tecnologia de controle social que administra carências sem romper com o ciclo de exclusão de jovens nas periferias e comunidades indígenas. Sem uma reforma profunda das condições de vida e do acesso à cidadania real, a asfixia logística corre o risco de ser apenas uma atualização funcional de um discurso falido. O sucesso da reconstrução mexicana dependerá, portanto, da capacidade do Estado em substituir a economia dos corpos pela garantia efetiva da paz social.

Referências:

MÉXICO. Congresso da União. Lei do Sistema Nacional de Investigação e Inteligência em Segurança Pública. Cidade do México: **Diário Oficial da Federação**, jul. 2025.

MÉXICO. Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos. Reforma ao Artigo 21. Cidade do México: **Diário Oficial da Federação**, 2025.

MÉXICO. Governo Federal. Estratégia Nacional de Segurança 2024-2030. Cidade do México: **Secretaria de Segurança e Proteção Cidadã**, 2024.

EL UNIVERSAL. Extradicações operam como válvula de escape diplomática. **El Universal**, Cidade do México, 2025.

GOVERNO lança campanha Aléjate de las drogas com foco em saúde pública. **Comunicado Oficial SSPC**, Cidade do México, jul. 2025.

*Doutor em Ciência Política (UFF) e coordenador-adjunto do LEPEB-UFF. E-mail: danillo.braganca@yahoo.com.br

Normas para submissão de artigos

01- Os originais do artigo devem estar em um arquivo em formato Word ou LibreOffice (doc, docx ou odt) e devem ser submetidos na página do Orbis no Portal de Periódicos da UFF: <https://periodicos.uff.br/orbis>

02- Em um arquivo separado, deverá ser enviado um resumo em português de, no máximo, 150 palavras, com a indicação de 04 palavras-chave;

03- O artigo deverá ter, no mínimo, três e, no máximo, cinco laudas e deve ser escrito em fonte Arial 12, com espaçamento 1,5 e a seguinte padronização de margens: esquerda e superior de 3 cm; direita e inferior de 2,0 cm;

04- O texto, com exceção do título alinhado à esquerda, deverá ser todo justificado.

05- As citações de até 3 linhas deverão vir entre aspas no corpo do texto. As citações longas, com mais de 3 linhas, devem ser escritas em tamanho 11, sem aspas, com recuo à esquerda de 4 cm, espaçamento entre linhas simples. As citações devem seguir o modelo AUTOR-DATA-PÁGINA: (LACERDA, 2019, p. 127). Pelas características do boletim, recomenda-se evitar um número excessivo de citações.

06- Não são permitidas notas de rodapé ou de fim. As referências bibliográficas deverão constar ao final do texto e seguir o seguinte padrão:

Livros:

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico**: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Capítulos de Livro:

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. In: SOLANO, E.; ROCHA, C. (Org.). **As direitas nas redes e nas ruas**: a crise política no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 175-213.

Artigos em Periódicos:

LOPES, Dawisson Belém. A política externa brasileira e a “circunstância democrática”: do silêncio respeitoso à politização ruidosa. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 54, n.1, p. 67-86, 2011.

Artigos na imprensa (Jornais e Revistas)

O ESPORTE e o exército. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 5, 11 jan. 1945.

PINHEIRO, Daniela. A Xangrilá dos descontentes. **Piauí**, Rio de Janeiro/São Paulo, n. 104, p. 16-24, mai. 2015.